HISTÓRIA
debates e tendências
e-ISSN 2238-8885
UPF
PPGH
Programa de Pós-Graduação em História
IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

**Entrevista**[i]

O professor e historiador Paulo Pinheiro Machado, associado do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, é professor no Curso de Graduação e no Programa de Pós-Graduação em História; Mestre e doutor em história pela Universidade Estadual de Campinas, e pós-doutorado pela Universidade Federal Fluminense e Universitat Autonoma de Barcelona. Possui larga experiência na área de história social do campesinato, sendo um dos principais pesquisadores sobre o Contestado. É autor de uma série de artigos e dos livros *A Política de Colonização do Império* (Ed. UFRGS, 1999) e *Lideranças do Contestado* (Ed. UNICAMP, 2004).

A história do Cone Sul das Américas é marcada por desigualdades produtivas, de investimento, de desenvolvimento agro-industrial e social do "mundo rural", sendo que grande parte de seus acontecimentos do passado refletem contemporaneamente.

1. Nessa perspectiva de reflexão, no caso brasileiro, podemos afirmar que a estratégia de controle do território da Bancada Ruralista no Congresso e do agronegócio estrangeiro, é um empecilho à efetividade de políticas públicas acerca da valorização e preservação do meio ambiente e da propriedade da terra e de sua utilização de forma a equacionar os problemas sociais contemporaneamente? Poderia falar um pouco sobre?

O destaque político da autodenominada “Bancada Ruralista”, um agrupamento de mais de 200 Deputados de diferentes Partidos, revela um grau avançado de degradação da representação política e da crise institucional que vivemos. Trata-se de um grupo razoavelmente heterogêneo, mas que é liderado por setores exportadores da agricultura, associados ao latifúndio pecuarista e à agroindústria. É um complexo dominado por forças urbanas que possui uma política anti camponesa. São adversários de comunidades indígenas, quilombolas e demais grupos camponeses tradicionais, não apenas por se opor a estas formas de produção e vida, mas por almejar o apossamento de terras públicas habitadas por estas populações. Ao contrário do que aparece em seu discurso, estes setores ligados ao agronegócio são extremamente dependentes de subsídios e financiamentos públicos, periodicamente são anistiados em suas dívidas com o governo. Praticam formas de produção predatórias ao meio ambiente e insustentáveis do ponto de vista social e econômico. Que adianta dizer que são capazes de produzir milhões de toneladas de soja a preços baixos para o mercado internacional, se parte dos custos sociais e ambientais desta superprodução nunca são contabilizados? Qual o prejuízo à saúde humana - e ao meio ambiente como um todo – do derrame recorde de venenos nas lavouras? Este é um “custo” que não entra no cálculo dos preços da soja e de outras “comodities”. O discurso de modernização ganha a mídia, mas não deixa atualizar os fatores de produtividade para efeitos de Reforma Agrária. O INCRA ainda trabalha com parâmetros de 1975 para definir terras “produtivas” e “improdutivas”. Objetivamente estes setores políticos conspiram contra a democracia, pressionam o Ministério Público e o Poder Judiciário à condenar lideranças populares do meio rural, sustentam milícias particulares responsáveis por crimes brutais, como assassinatos, incêndios e massacres entre muitas comunidades

que se opõe à sua sanha. Fazem inclusive oposição à atuação das antigas equipes volantes de fiscais do ex-Ministério do Trabalho, que resgatavam trabalhadores que viviam em condições análogas à escravidão. Como mais de 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira é proveniente de pequenas e médias propriedades baseadas em trabalho familiar, com diferentes graus de desenvolvimento técnico, esta agricultura exportadora é responsável pelos maiores danos ambientais, pela absorção da maioria do crédito rural e pelo açambarcamento das mais extensas propriedades. A permanência deste modelo econômico, que vem se desenvolvendo desta maneira desde a década de 1970, verdadeira herança da Ditadura, é uma conspiração contra a sociedade e contra a democracia.

2. Podemos afirmar que a associação entre elite político-econômica, mercado e mídia constituem uma força impositiva de violências simbólicas e negação de direitos humanos e civis contra as classes mais oprimidas da sociedade. A constituição de representações sobre o Brasil como país altamente produtivo, de um agronegócio expoente e centralizador no campo político, mascara a fome, a concentração de terra nas mãos de poucos, a subordinação do pequeno agricultor aos *commodities* agrícolas e aos grandes conglomerados agroindustriais.

O problema é que a violência não é só simbólica. É real. A cada ano aumentam os números reconhecidos oficialmente como mortos em conflitos agrários. A Comissão Camponesa da Verdade, que apurou os crimes praticados durante a Ditadura Militar no meio rural, advertiu que a escalada de violência no campo só aumentou desde 1988. A Constituição Cidadã não chegou aos "grotões". Os massacres de Eldorado dos Carajás, Corumbiara e muitos outros ocorreram após o fim da Ditadura. As populações pobres do meio rural sempre viveram sob Estado de Exceção. Existe muitas vezes a conivência ou a omissão de autoridades públicas. Quando as mortes não são praticadas por pistoleiros, podem ser praticadas mais lentamente, com a expulsão de trabalhadores do campo, com a formação de uma legião de miseráveis nas cidades, incapazes de absorverem economicamente este grande contingente humano. Os grupos de mídia são parte dos conglomerados que lucram com este conjunto de sistemas econômicos. Temos no Brasil um Complexo Agro-Industrial exportador que une vários setores do grande capital, como Bancos, Mídia, Indústrias Químicas (fertilizantes artificiais e agrotóxicos), além de proprietários fundiários. A concentração fundiária, que é uma marca distintiva em nossa sociedade, só vem se intensificando. A modernização da agricultura significou a capitalização do latifúndio, uma maior grilagem sobre terras públicas, tal como vemos no Centro-Oeste e na Amazônia, mas representou ainda a sobrevivência dos abusos, da pistolagem e das ilegalidades dos patrões.

Poderias falar um pouco sobre assas contradições e de que forma elas escamoteiam a realidade produzida por associação de capitais menosprezam e marginalizam os movimentos sociais. Diante disso, como podemos vislumbrar alguma forma de movimentos indígena, camponês, mulheres, afroquilombola, sem-terra, entre outros tantos, que produzem conhecimento podem ter protagonista diante da crise socioeconômica e ecológica?

Penso que os atuais problemas no meio rural só serão superados com uma verdadeira transformação democrática do conjunto da sociedade brasileira, com a quebra do atual modelo político e econômico, com uma profunda transformação do Poder Judiciário e das Polícias. Em última instância, a situação das cidades não é muito diferente do

campo. É impossível se construir uma sociedade minimamente justa sem uma efetiva reforma agrária, sem que se ponha um limite ao tamanho máximo das propriedades, sem que se cumpra com o princípio da função social da propriedade (que deve considerar relações socialmente justas e ambientalmente sustentáveis). As comunidades camponesas tradicionais não podem lutar sozinhas, já sofrem o suficiente com seu isolamento em relação à sociedade. Não podemos esquecer que a escalada de poder da bancada ruralista começou muito antes do atual governo. Ainda nos Governos Lula e Dilma estes setores do agronegócio passaram a hegemonizar a política agrícola e o grosso do orçamento público para a Agricultura. Então, a luta democrática no Brasil precisa organizar algo novo, que nunca existiu.

3. Há uma discussão sobre o interesse global em terras, academicamente intitulada como *land grabbing*, no Brasil, é tomada como a estrangerização da terra de acordo com a nova dinâmica de investimento em terras agricultáveis, envolvendo todos os recursos naturais e humanos traduzindo um certo controle do território pelo capital estrangeiro. Entendemos que este processo se acelerou nas últimas décadas, porque é histórico o processo, uma vez que, a expropriação de povos tradicionais, camponeses e indígenas é fruto desta dinâmica. Poderias comentar algo sobre isso?

Estou mais acostumado ao debate sobre a questão agrária na História, não nas tendências atuais. Acompanhei alguns debates nos últimos encontros das Redes Rurais e notei que o *land grabbing* é mais uma prática crescente num contexto de escassez de alimentos. Empresas e particulares de nações ricas e com solos pobres passam a adquirir grandes parcelas de terras em países do terceiro mundo. As vantagens cambiais e a busca de maiores rendimentos para seus investimentos também são lastreados por uma maior segurança na reserva de valor. Depois da crise de 2008, muitos ativos financeiros passaram a ser duvidosos e incertos. Ações de grandes empresas podem despencar da noite para o dia, Bancos podem evaporar. Mas as terras adquiridas em outros países podem representar posições estratégicas de um investimento seguro e lucrativo. A legislação brasileira é restritiva quanto a dimensão das propriedades adquiríveis por estrangeiros, mas estas restrições são muito elásticas (limites até 50 módulos agrícolas). A intensificação dos mercados de carbono também serve de estímulo a iniciativas neste campo, o que poderá causar uma elevada desnacionalização do solo.

[i] Entrevista realizadas pelos professores Ironita A. Policarpo Machado e João Carlos Tedesco do PPGH/UPF